



Nota de Abertura

Educação de Infância: uma prioridade

O acesso à educação é um direito de todas as crianças, sendo atribuído à educação de infância um papel determinante na promoção de uma maior igualdade de oportunidades relativamente às condições de vida e aprendizagens futuras, sobretudo para as crianças cuja cultura familiar está mais distante da cultura escolar. Os estudos longitudinais evidenciam que a educação de infância de qualidade tem um impacto duradouro na vida atual e futura das crianças, no sucesso educativo e na sua integração social.

Os relatórios da OCDE e da União Europeia corroboram também estas conclusões, demonstrando que o acesso a serviços de educação de infância de alta qualidade e inclusivos são benéficos para todos: crianças, famílias e sociedade em geral. Neste sentido, os Estados-Membros têm sido desafiados à melhoria da qualidade dos sistemas de Educação de Infância, para garantir um crescimento económico inteligente, sustentável e inclusivo.

Nestes pressupostos, e no quadro das prioridades de política educativa deste Governo, tem vindo a ser alargada a universalização da educação pré-escolar a partir dos 4 anos, encontrando-se em preparação o alargamento dessa universalização a partir dos 3 anos.

No entanto, a efetividade da educação de infância não se concretiza apenas através do alargamento da oferta, mas também através da promoção de uma resposta de crescente qualidade.

Assim, e visando a consolidação dessa qualidade, procedeu-se em 2016 à homologação das Novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), que assentam na promoção da equidade educativa e pedagógica desde o nascimento, a par com a família, no trabalho de proximidade entre todos os atores educativos, bem como na apropriação dos seus Fundamentos e Princípios ao longo desta primeira etapa da educação, tal como ela é preconizada na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O desafio está agora nas mãos de todos nós, no Ministério da Educação, através da consolidação de mecanismos que permitam o desenvolvimento profissional dos educadores, bem como na preparação de instrumentos de suporte e apoio à sua intervenção pedagógica, nas Escolas, através de um olhar prioritário para este nível de educação, como fator de

promoção da equidade e desenvolvimento do sucesso de e para todos, nas famílias, através de uma aproximação e ação de complementaridade com as escolas, na comunidade local, que poderá ser o centro de desenvolvimento de novas abordagens e consolidação da diversidade da resposta aos desafios que cada criança nos coloca.

Temos assim de olhar para este nível de ensino, não só pela mais-valia concreta do que representa para o futuro, mas também pelo valor que tem para a equidade e inclusão de todos, valor expresso, hoje, no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a que todos nós somos chamados a corresponder.

É, sem dúvida, um trabalho que nos motiva e queremos tornar efetivo, de forma a consolidar uma visão de educação que se inicia, não com a escolaridade obrigatória, mas antes com o início do processo educativo de cada um de nós.

Eulália Alexandre, Subdiretora-Geral da Educação